

A RELEVÂNCIA DAS REDES DE APOIO SOCIAL DURANTE A INFÂNCIA

THE RELEVANCE OF SOCIAL SUPPORT NETWORKS DURING THE CHILDHOOD

Vitor de Morais Alves Evangelista¹

Elizabeth Piemonte Constantino²

RESUMO: Há um grande número de pesquisas envolvendo as redes de apoio social, suas características e principais consequências ao longo do desenvolvimento humano. A compreensão dos processos formadores e estruturais dessas redes é de suma importância frente às situações e fatores tidos como de risco, especialmente na infância. A presente revisão de literatura tem o objetivo de elucidar a importância da rede de apoio social durante a infância e suas implicações no processo de desenvolvimento infantil. Discute-se a necessidade de estudos interdisciplinares envolvendo as rede de apoio e como estes podem vir a contribuir futuramente em estudos acerca da infância.

Palavras-chave: redes; infância; apoio social.

ABSTRACT: There are a large number of research involving the social support networks, their characteristics and main consequences along the human development. Understanding the formation processes and structural of these networks seems of paramount importance in situations and factors determining risk especially in the childhood. The present review aims to elucidate the importance of social support in childhood and its implications on the child development process. It discusses the need for interdisciplinary studies involving the support network and how these could contribute to future studies about childhood.

Keywords: networks; childhood; social support.

Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

1 Introdução

A nova ordem econômica, marcada pelo advento da política neoliberalista, emergente a partir da década de 70, cujo caráter excludente proporciona muitas vezes a sobrevivência das classes populares graças à solidariedade, possui, contraditoriamente, como uma de suas características mais importantes, o surgimento de novas redes de apoio social. Essas redes, contam com a interdependência de seus membros e são constituídas pela significação do contato social. Tais redes sociais funcionariam como elos na qual a capacidade estaria em conectar os indivíduos de forma a estruturar ou reestruturar suas histórias e garantir a legitimação de suas identidades. O objetivo deste estudo foi, através de uma revisão literária, conceituar as redes de apoio social apontando sua importância ao longo do desenvolvimento infantil e o papel das instituições familiares e educacionais como possibilidades de redes significativas.

2 Redes e apoio social

O termo rede, em sentido geral, descreve o conjunto de pessoas com quem o indivíduo possui contato, sendo que os indivíduos dessa interação ajudam-se mutuamente de diferentes formas, caracterizando uma situação de troca. Mesmo com a diversidade conceitual sobre a temática das redes de apoio e apoio social, onde cada uma das diversas definições procura enfatizar diferentes aspectos das relações interpessoais e impossibilite uma concepção universal acerca do tema, é unânime a relevância das relações interpessoais, das redes de apoio e do apoio social sobre o desenvolvimento físico e mental dos indivíduos. Estudos sobre as redes possuem foco sobre os benefícios do apoio social proporcionado pelas relações interpessoais. Torna-se importante sublinhar o fato de que o conceito de rede social encontra-se em contínua sistematização teórica e metodológica e trata-se de um recurso que ressalta o potencial mobilizador da sociedade e as

respectivas ações horizontais entre grupos e indivíduos (MARTINS; FONTES, 2008).

Sluzki (1997) expõe a existência de três características importantes para a fundamentação do conceito de rede: apoio social, integração social e experiência social reabilitante. O apoio social se refere ao suporte que favorece o desenvolvimento e consolidação da rede através das relações formais e informais, já a integração social e a experiência social reabilitante atuam na redução e prevenção de situações de risco respectivamente. Já Sherbourne e Stewart (1992) apontam uma diferenciação entre os conceitos de rede social e apoio social onde enquanto o primeiro se caracteriza como um grupo de pessoas com o qual o indivíduo mantém contato ou vínculo social, o segundo conceito se refere ao tipo de recurso apresentado por outras pessoas em situações de necessidade, podendo ser mensurável de acordo com a percepção e o grau das relações interpessoais. Brito e Koller (1999), ressaltam que a rede de apoio social pode ser classificada como um conjunto de pessoas significativas que estruturam os relacionamentos percebidos e recebidos.

Essas redes sociais viriam a constituir uma maneira de intervenção que proporcionariam mudanças concretas na vida do indivíduo e na sociedade ou organização na qual este esteja inserido estando, portanto, o apoio social intrinsecamente relacionado à capacidade de enfrentamento, aos processos de resiliência e ao desenvolvimento adaptativo sendo que as relações estabelecidas pelos indivíduos com outras pessoas, provenientes de diferentes microssistemas, como amigos, famílias, e escolas, dentre outros, podem vir a proporcionar o apoio social. Para Chor, Griep, Lopes e Faerstein (2001) o apoio social refere-se a um sistema de relações onde os indivíduos recebem ajuda do tipo material, emocional ou de informação para enfrentarem situações estressantes. Seria um processo de reciprocidade que geraria efeitos positivos tanto para o sujeito que recebe como também àquele que oferece o apoio.

Constituindo a interface entre o meio social e o sujeito, o apoio social é considerado uma importantíssima dimensão do desenvol-

vimento. O apoio social relaciona-se à percepção do sujeito frente ao seu mundo social, a maneira que este interage, as respectivas estratégias e competências para criar vínculos e estabelece-los, quais recursos lhe são oferecidos como proteção e força em situações de risco além de reforçar a autoimagem e contribuir para o aumento da competência individual, a rede de apoio social está comprometida à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, funcionando muitas vezes como facilitadora do processo de adaptação a distúrbios físicos e emocionais e situações de estresse.

Possuindo um caráter dinâmico, a rede de apoio social é construída e reconstruída em todas as fases da vida do indivíduo (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006). Costa (2009) ao investigar a rede de apoio em jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social e a relação com o uso de drogas classificou os fatores ou situações de risco em dois tipos: ambientais e individuais. O primeiro refere-se a situações de vulnerabilidade socioeconômica, famílias numerosas, violência intrafamiliar, abuso e ausência de apoio social e afetivo, isolamento, desemprego e baixa escolaridade. Já os fatores individuais seriam aqueles que correspondem às variáveis de personalidade, problemas genéticos, habilidades sociais e intelectuais pobres, baixa autoestima e autoeficácia, deficiência física e intelectual e história de abuso.

O crescimento em pesquisas, principalmente a partir de meados da década de 90, envolvendo redes de apoio social exalta a importância dos estudos sobre os efeitos do meio social na saúde dos indivíduos. Há, atualmente, um número significativo de pesquisas tendo as redes sociais e o apoio social como objetos de estudo, embora não tão volumosos como na década anterior. As redes sociais viriam a constituir uma maneira de intervenção que proporcionaria mudanças concretas na vida do indivíduo e na sociedade ou organização na qual este esteja inserido (AGUIAR, 2006). Esse crescimento em pesquisas envolvendo redes de apoio social sugere a importância dos estudos sobre os efeitos do meio social na saúde dos indivíduos, pois estes concebem os laços sociais como influentes

nos comportamentos em relação à saúde e à doença, afetando as capacidades adaptativas em diversas situações.

3 As redes de apoio social no desenvolvimento infantil

A importância do apoio social durante o desenvolvimento humano e sua relação do constructo do bem-estar físico e psicológico com o autoconceito e a autoestima e sua consequente relação com a motivação para o sucesso ou realização tem sido alvo de discussões ao longo de décadas passando o apoio social a ser entendido como um dos alicerces que sustentam a superação de adversidades e um conceito que pode direcionar certas funções de um grupo para com o indivíduo, e que podem prover de familiares, escolares, amigos, dentre outros, sendo esse conjunto denominado de redes de relações ou apoio social. (ASSIS; AVANCI, 2004).

Embora o desenvolvimento infantil tenha sido objeto de várias análises, interpretações e abordagens teóricas ao longo do tempo, grande parte destas abordagens ainda concebe a criança como algo a ser estudado isoladamente do seu ambiente. Lembramos que ao pensarmos a infância, devemos adotá-la como composta de um conjunto de elementos e fatores sociais em constante processo de transformação, como por exemplo, a família e a escola, e não simplesmente como um conceito pré-moldado pela sociedade ao longo de séculos (ARIÉS, 1981). Dessa forma, existe a “necessidade de considerarmos, no desenvolvimento infantil, a relação entre criança e sociedade e o lugar em que a criança ocupa no sistema de relações sociais em cada momento histórico” (PASQUALINI, 2009, p.33).

Uma versão particular da infância fora produzida pela modernidade, cuja característica se encontrava na dicotomização entre infância e idade adulta, sendo a primeira relacionada à irracionalidade, passividade, brincadeira e incompetência, já a segunda, direcionada à cultura, racionalidade e trabalho. Essa dicotomia já não é ade-

quada à contemporaneidade, pois não permite a compreensão da infância em sua totalidade e complexidade. Ela não pode ser vista como fenômeno unitário, pois possui características heterogêneas, culturais, biológicas, sociais, histórica, tecnológicas e discursivas, uma multiplicidade de natureza-culturas (MULLER; HASSEN, 2009). Segundo os autores Sarmiento e Pinto (1997), somente através do reconhecimento da capacidade simbólica e a constituição das representações e crenças em um sistema organizado, ou seja, o reconhecimento de uma cultura poderá analisar as crianças como atores sociais. Tal avanço ocorreu com a contribuição da criança na construção de significados, assim como a participação das mesmas na renovação cultural e na criação de uma cultura singular.

A primeira rede de apoio social da criança é a família, sendo que dentre as percepções de apoio social, a relação de apego com o cuidador primário é a mais importante do desenvolvimento. Nogueira (2001) aponta a importância das relações sociais serem observadas desde a fase bebê, nas relações de apego entre a criança e a mãe. Para a autora, as relações de apego, seguindo o pensamento do psiquiatra infantil, e psicanalista inglês John Bowlby, teriam valor de sobrevivência para a espécie e incluem demonstrações de carinho e atenção além dos cuidados básicos além de favorecerem o desenvolvimento cognitivo, o autoconceito e as habilidades sociais da criança. Para Newcomb (1990), a primeira relação de apoio social teria origem nas relações de apego iniciais entre a criança e a capacidade dos pais em suprir suas necessidades, originando assim a base para desenvolver conceitos como esperança e segurança em outras pessoas.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2009) a família tem a função de desempenhar quase todas as funções de cuidado à criança na primeira infância, entre elas a socialização e cuidados psicológicos e afetivos, que devem ser complementados pelo sistema educacional através das creches e pré-escolas. A escola e a família representam os principais contextos de desenvolvimento fundamentais da vida das pessoas e além de comparti-

lharem funções sociais, políticas e educacionais, funcionam como contextos de apoio social para o desenvolvimento humano. Embora em alguns casos não apresentem condições ideais, são instituições fundamentais para o progresso intelectual, emocional e social na infância. Ambas possuem funções educacionais, políticas e sociais sendo responsáveis pela construção e transmissão do conhecimento culturalmente organizado. A família, considerada como a primeira instituição social mediadora de modelos, padrões e influências culturais, seria, juntamente com outras instituições, uma forma de manter o bem estar, a coletividade e a proteção de seus membros. É através da interação familiar efetiva que serão propiciadas a concretização das transformações sociais entre os diferentes ambientes da sociedade. Os laços afetivos formados, particularmente entre pais e filhos, proporcionariam um desenvolvimento saudável e padrões de interação positivos que possibilitariam um maior ajustamento em diferentes ambientes frequentados pelo indivíduo. Portanto, a qualidade das relações afetivas familiares influenciará o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e conseqüentemente propiciarão maior ou menor habilidade social, assim como uma melhor adaptação às situações adversas. São os laços afetivos existentes no núcleo familiar, que se transformam em agentes desencadeadores de um desenvolvimento saudável com a função de propiciar um melhor ajustamento em diferentes ambientes. As relações afetivas, consolidadas e estruturadas, seja pela família ou pela escola, permitirão que os indivíduos possam vir a lidar com conflitos e situações de forma a resolver problemas de maneira conjunta ou separada (DESSEN; POLONIA, 2007).

Wagner, Ribeiro, Arteche e Bornholdt (1999) afirmam que a capacidade de superar situações e manter-se saudável está relacionada às experiências no seio da família, sendo esta fundamental para a elaboração da saúde emocional de seus membros e proteção, ou seja, construir um ambiente que favoreça o bem-estar. Para os autores, bons núcleos familiares seriam aqueles que favorecem tanto a

expressão da agressividade, hostilidade e raiva, quanto de carinho, afeto e ternura. Hoppe (1998) ressalta que o apoio percebido e recebido dos pais reduz angústia da criança em situações de risco. Para Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) as famílias que possuem desfavorecimento em nível socioeconômico, tendem a apresentar maiores fatores de risco como violência e abuso de álcool e conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade dos membros que compõem a estrutura familiar.

Em pesquisa realizada com crianças e adolescentes de uma região periférica de Fortaleza, foram identificados a coexistência de múltiplos fatores protetores e de influência ressaltando em ordem de importância a família, o grupo social e a escola. As redes sociais de apoio apareceram como protetoras onde os jovens pesquisados percebem a importância da rede social de apoio como forma de incentivá-los ao trabalho e aos estudos, e, assim, distanciá-los do uso de drogas. (COSTA et al., 2012). Com relação a estudos envolvendo dependentes químicos, pode-se analisar que estes possuem vínculos rompidos ou desgastados com a sua rede social, em especial a família (SOUZA, 2010). Costa (2009), em estudo com jovens brasileiros de idade entre 14 e 24 anos de sete capitais, investigando a relação entre redes de apoio e uso de drogas, detectou que o apoio familiar, escolar e o da comunidade apresentam significativa associação com o consumo de drogas onde as médias mais altas de apoio estavam associadas ao não uso de drogas.

A estrutura familiar e o próprio conceito de família evoluem buscando retratar as novas relações e as mudanças da sociedade contemporânea, portanto, não há uma configuração familiar ideal. (CHAVES et al., 2002). Uma vez que essas estruturas familiares se transformam, elas reabsorvem as mudanças sociais, políticas, psicológicas, econômicas e culturais, o que requer novas formas de arranjos familiares. Nesse processo de adaptação, as famílias podem ou não contar com o suporte de uma rede social de apoio, cuja função estaria na superação das dificuldades decorrentes desse processo de

transição. Essas redes funcionariam como propulsores ou inibidores do desenvolvimento, exercendo influência nas interações entre seus membros (DESSEN; BRAZ, 2000).

Embora de inigualável importância, a família nem sempre se constitui como uma rede de apoio social efetiva. Muitas vezes, diante da não resolução de conflitos intrafamiliares ou uma dinâmica familiar pouco saudável, podem vir a ocorrer padrões disfuncionais como: maus tratos, violência e abuso de substâncias psicoativas. Importante ressaltarmos que diante do cenário atual de extremas desigualdades as crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País. Dados da UNICEF (2009) indicam que 45,6% das crianças brasileiras pertencem a famílias consideradas pobres. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2010) define os maus tratos como todo tipo de abuso físico ou emocional, negligência ou exploração comercial. Tais atos resultam em um dano atual ou potencial para a saúde, desenvolvimento, dignidade e sobrevivência da criança e geralmente ocorrem no contexto de um relacionamento de responsabilidade, confiança e poder sendo que o tipo mais frequente de maus-tratos contra a criança ou adolescente ocorre na maioria das vezes dentro dos lares ou no convívio familiar (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012).

A família, portanto, nem sempre é capaz de atender às necessidades de bem-estar e saúde das crianças, necessitando assim de recursos oriundos da comunidade, organizações sociais e do Estado. Em pesquisa realizada na região metropolitana de Curitiba cujo objetivo era descrever a rede social de apoio às famílias para a promoção do desenvolvimento infantil, na perspectiva das famílias, os resultados apontaram destaque aos elementos de apoio da Rede Social Familiar do gênero feminino, vinculados aos parentes maternos; e na Rede Social Comunitária, a presença de diferentes setores, como saúde e social; instituições como unidades de saúde, igrejas; profissionais enfermeiros, médicos e agentes comunitários de saúde; além de programas governamentais; e nas relações de Trabalho e

Estudo, enfatizaram-se as instituições educacionais (ALEXANDRE et al., 2012).

As instituições públicas ou privadas, incluindo a escola, têm papel importante oferecendo apoio, seja direta ou indiretamente, por meio da elaboração de políticas públicas para a promoção da saúde ou de programas de educação familiar. A escola, embora classificada como instituição onde as prioridades recaem sobre as atividades educativas formais, é sobretudo um espaço de aprendizagem e desenvolvimento e portanto deve envolver experiências realizadas no contexto social, ou seja, considerar os aspectos relacionais e padrões culturais afetivos, culturais, cognitivos e históricos presentes nos diferentes segmentos (DESSEN; PEREIRA-SILVA, 2004; DESSEN; POLONIA, 2007).

É grande a importância do microsistema escolar na facilitação do processo de relação entre pares e professores e na constituição de novas habilidades sociais, o desenvolvimento moral e emocional, além da aprendizagem formal e do desenvolvimento cognitivo. Tendo em vista que um mau desempenho escolar ou uma má adaptação poderia constituir uma situação de risco já que afetaria a autoestima e a percepção de sucesso futuro em outras áreas da vida (COSTA, 2009), a relação professor-aluno é crucial para o desenvolvimento dos conceitos de autoestima e autoconceito escolar, sendo estes, facilitadores do processo de socialização e construção da personalidade (ANTUNES; FONTAINE, 2005). As relações de cooperação e competição no ambiente escolar fornecem à criança a oportunidade de modificar seu pensamento, suas condutas e aspirações, assim como “ensiná-las a colaborar, dividir, competir, rivalizar, chefiar, submeter-se, ganhar, perder e esperar a vez” (NOGUEIRA, 2001, p.13).

A conscientização, um dos frutos do processo de apoio social, seria a base para ligar o individual, organizacional e também o comunitário a fim de criar o desenvolvimento da identificação com o grupo, uma espécie de consciência de grupo, uma consciência crítica que proporcionaria mudanças sociais, sendo o educador, o

agente facilitador desse processo. (FREIRE, 2003). Uma vez que a atuação dos educadores deve ser pautada pelos princípios da responsabilidade, autonomia e liberdade social para o amadurecimento da universalização dos conhecimentos destinada à população com o intuito de fornecer informações para que essa mesma população possa reivindicar seus direitos, o educador passa a ser personagem principal no fortalecimento das redes de apoio social, pois ao desempenhar seu papel, está valorizando e incentivando a organização dessas redes, assegurando aos sujeitos a autonomia e solidariedade. Segundo estudos realizados, os professores viriam a constituir um grupo de apoio de grande importância no que se refere à construção de identidade e autoconceito escolar, além de intervir de forma a reduzir certos acontecimentos negativos na infância. (ANTUNES; FONTAINE, 1996; COLAROSSO; ECCLES, 2003; DUBOIS et al., 2002; HARTER; WATERS; WHITESELL, 1998).

Dentre os papéis das instituições educacionais, o de facilitador do desenvolvimento e ampliação das redes sociais é um dos mais importantes e significativos ao desenvolvimento infantil. Em conjunto com a família, os amigos representariam uma importante fonte de apoio emocional que possibilitam o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e manutenção do bem-estar uma vez que as interações com outros contatos provenientes de outras fontes socializadoras além da família intensificam e aumentam a capacidade adaptativa da criança. (MULLER; HASSEN, 2009; NOGUEIRA, 2001). A amizade na infância é uma crescente e importante forma de socialização já que o contato com pares fora da família vem se tornando cada vez mais precoce. Os amigos seriam desta forma, uma importante fonte de apoio social, contribuindo para a redução de estresse proveniente de situações adversas. Os contextos familiar e escolar estão intimamente relacionados à amizade, sendo importante o confronto das características individuais da criança com seus pares e amigos (GARCIA, 2005). A amizade seria, portanto uma forma de aquisição de novas relações sociais. “Os laços de amizades

são inerentemente sociais, baseados em padrões socioeconômicos e influenciados pelo contexto no qual o indivíduo se desenvolve” (COSTA, 2009, p.18).

4 Considerações finais

Embora exista um número significativo de estudos que ressaltam o apoio social como uma das variáveis mais significativas e influentes sobre o desenvolvimento infantil ainda há uma lacuna na literatura brasileira e mundial sobre uma caracterização da rede de apoio social, fato que pode ser causado muitas vezes pela diversidade de definições conceituais e técnicas de avaliação do apoio social (GONÇALVES et al., 2011).

É preciso pensar nas redes de apoio social não só como fator fundamental ao desenvolvimento humano, mas também como forma de intervenção na realidade social trazendo à tona desafios a todos profissionais, não somente pertencentes à saúde, pois se trata de uma proposta que contradiz o autoritarismo das relações tradicionais entre a população e profissionais, além de requerer a ruptura dos preconceitos quanto ao saber popular (NOGUEIRA, 2001). Ao adotarmos a perspectiva de rede questionamos as certezas absolutas exigindo uma brecha para a diversidade e para o diálogo, além do reconhecimento da interação, da legitimidade da racionalidade e das ações do outro buscando nova configuração do conceito de rede que requer o estabelecimento de uma redistribuição de poder e surgimento de novas relações democráticas (RIBEIRO, 2005). Tal perspectiva é adotada por Valla (1999) sugerindo que a discussão do apoio social dentro de um contexto de uma relação meio ambiente e homem, é imprescindível nas plataformas dos partidos políticos, nos currículos das escolas públicas, e em três áreas relacionadas com educação popular e saúde comunitária: as igrejas, os agentes de saúde e as associações de moradores.

Verificamos a necessidade de estudos interdisciplinares acerca do apoio social na infância e a busca de novas propostas de pesquisas rompendo com a dicotomia criança/sociedade criada ao longo de toda a modernidade. Ao considerarmos a infância como fenômeno híbrido, composto pela junção de aspectos biológicos e sociais, devemos pautar nossa compreensão através da integração entre as ciências sociais e naturais (MULLER; HASSEN, 2009).

Objeto de diversas análises e interpretações, o desenvolvimento infantil deve ser concebido como partes de um ciclo vital universal e estudos sobre redes de apoio social viriam a colaborar imensamente com essa proposta. Assim, o vínculo entre sociedade e a criança deve ser considerado em estudos cujo foco seja o desenvolvimento infantil, dando destaque ao lugar que a criança ocupa no sistema das relações sociais em determinado momento histórico, (PASQUALINI, 2009).

A ideia de rede tende a proporcionar uma discussão mais ampla sobre a temática da infância para além da simples abstração, buscando uma construção discursiva do social, não somente das crianças, mas dos demais grupos sociais a que estas estão inseridas, como a escola ou família, por exemplo, de modo a instituir novos modos de ser e viver a infância (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005)

Referências

AGUIAR, R, S. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação no Brasil (1996-2006)**. Relatório final de pesquisa. NUPEF Rits - Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2006.

ALEXANDRE, Ana Maria Cosvoski et al . **Mapa da rede social de apoio às famílias para a promoção do desenvolvimento infantil**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 46, n. 2, 2012.

ANTUNES, C; FONTAINE, A.M. **Percepção de apoio social na adolescência: Análise Fatorial confirmatória da escala Social support appraisals**. Paidéia, v.15,1996.

_____. **Relação entre o conceito de si próprio e percepção de apoio social na adolescência**. Cadernos de Consulta Psicológica, São Paulo, v 12, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ASSIS, S.G. ; AVANCI, J.Q. **Labirinto de espelhos. A formação da autoestima na infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BRAGA, L. L; DELL'AGLIO, D. D. **Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições**. Estudos de Psicologia [On-line] 2012.

BRITO. R.; KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In A. M. Carvalho (Ed.), O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 1999.

CHAVES, Antônio Marques. et al. **Representação social de mães acerca da família**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v1, 1-8. 2002.

CHOR, Dora. et al. **Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto**. Cad. Saúde Pública, 17(4): 887-896, 2001. Recuperado em 6 de Janeiro de 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-11X2001000400022&script=sci_arttext.

COLAROSSO, L. G.; ECCLES, S. **Differential effects of support providers on adolescents' mental health**. Social Work Research, v.27 n.1, 2003.

COSTA, Anacely Guimarães et al. **Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens**. Physis, v.22 n.2, 2012. doi: 10.1590/S0103-3312012000200021

COSTA, L. G. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2009.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. **Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi**. Psicologia & Sociedade, 17(3), 42-49, 2005.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. **Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16(3), 221-23,2000.

_____; PEREIRA-SILVA, N. L. **A família e os programas de intervenção: Tendências atuais**. In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), Temas em educação especial: Avanços recentes (pp. 179-187). São Carlos: EDUFSCAR, 2004.

_____; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia . Ribeirão Preto, n.36. 21-32, 2007.

DUBOIS, David et al. **Getting by with a little help from self and others: Self-esteem and social support as resources during early adolescence**. Developmental Psychology, 38 (5), 822-839,2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GARCIA, A. **Psicologia da amizade na infância: uma revisão crítica da literatura recente.** *Interação em Psicologia*, 9(2), p. 285-294, 2005.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro et al. **Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos.** *Ciênc. saúde coletiva* [online], vol.16, n.3. 1755-1769,2011.

HARTER, S., WATERS, P., E WHITESELL, N. R. **Relational self-worth: Differences in perceived worth as a person across interpersonal contexts among adolescents.** *Child Development*, 69, 756-766, 1998.

HOPPE, M. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 1998.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. **Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas.** 2ª ed. Recife: Editora UFPE, 2008.

MULLER, F.; HASSEN, M. N. A. **A infância pesquisada.** *Psicol. USP* [online], São Paulo, vol.20, n.3 p. 465-480, 2009.

NEWCOMB, M. D. **Social support and personal characteristics: A developmental and interactional perspective.** *Journal of Social and Clinical Psychology*, 9, 54-68, 1990.

NOGUEIRA, E. J. **Rede de relações sociais: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três grupos etários.** Dissertação de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

PASQUALINI, J. C. **A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil.** *Psicol. estud.* vol.14, n.1 p. 31-40, 2009. Recuperado em 20 de Janeiro de 2012 de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100005>.

RIBEIRO, K. S. Q. S. **Redes sociais e educação popular: aproximação teórica e mudanças na prática de educação popular em saúde.** V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005.

SARMENTO, M. J; PINTO, M. **As crianças: contextos e identidades.** Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1997.

SHERBOURNE, C.D; STEWART, A.L. **The MOS social support survey.** *Soc Sci. Med* 38: 705-14, 1992.

SIQUEIRA, A.C; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D.D. **A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil.** *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 2 p. 149-158, 2006.

SLUZKI, C.E. **A rede social na prática sistêmica – alternativas terapêuticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, J. **Percepção de apoio social e rede de dependentes de substâncias psicoativas** (Tese de Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. 2010. Recuperado

de <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/CetadObserva/Obra578> [consultada na internet].

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação da Infância Brasileira. Desenvolvimento infantil.** Brasília, DF, 2009.

VALLA, V. V. **Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise.** Interface Comunicação, Saúde, Educação, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.37-56, 1999.

VANDERLINDE, L.F.; BORBA, G. A.; VIEIRA, M.L. **Importância da rede social de apoio para mães de crianças na primeira infância.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 429-443, 2009.

WAGNER, Adriana et al. **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 12(1), 147-156, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Participant manual – IMAI One-day Orientation on Adolescents Living with HIV Geneva, 2010.** Recuperado de http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241598972_eng.pdf